

*Estranhos* tenta propor de imediato no título a sua principal sugestão: o de uma perturbação actual nas fronteiras e processos que fixam os que estão "dentro" ou "fora" da "protecção salarial" e do que se designa por sociedade. O "excluído" não carece de "reinserção" ou "ressocialização", no sentido que tem sido geralmente dado a estes termos, já que nunca deixou de ser um "incluído". O estado de pobreza e de exclusão transforma-se para o indivíduo num estado total, ou quase total, de ausência de "capacidade social": excluído devido aos meios demasiado escassos para viver segundo os padrões médios da sua sociedade, o "excluído" é-o por uma condição ditada pelo estado de sujeição quanto à forma como deve viver, aos trabalhos a que tem de recorrer, aos cursos que pode aspirar, às profissões a que se deve adequar, às condutas que deve evitar, ao comportamento humilde-agradecido-humilhante que deve demonstrar.

Este livro foi escrito no quadro de um projecto orientado para a reflexão e acção sobre a pobreza e a exclusão social na juventude – projecto InformAge, Informar para Agir. Realizado ao abrigo da iniciativa comunitária "Emprego" / Eixo Integra, patrocinado pelo Fundo Social Europeu e pelo Governo Português, o projecto InformAge constituiu-se no âmbito de uma parceria liderada pela Cooperativa de Ensino Superior Intervenção Social – instituição de ensino superior com uma longa tradição na formação em serviço social – que envolveu outra instituição universitária – o Instituto Superior de Psicologia Aplicada – e entidades que dirigem a sua actividade para jovens em risco ou situação de exclusão – Casa Pia de Lisboa, Instituto de Reinserção Social e Colectividade Cultural e Recreativa de Santa Catarina-Chapitô.

José Luís Garcia é sociólogo, assistente de investigação no ICS da Universidade de Lisboa e coordenador científico do Projecto InformAge; Helena Mateus Jerónimo é socióloga, docente no ISEG e investigadora do mesmo projecto; Rui Norberto é sociólogo e técnico superior da Casa Pia de Lisboa; Maria Inês Amaro é licenciada em Serviço Social e investigadora do Projecto InformAge.



PUBLICAÇÃO  
CO-FINANCIADA  
PELA UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu



Ministério do Trabalho  
e da Solidariedade Social



Com a colaboração  
do Departamento  
Editorial do ISSSCoop

CELTA EDITORA

ISBN 972-774-051-0



9 789727 740512

J.L. Garcia, H.M. Jerónimo, R. Norberto e M.I. Amaro. ESTRANHOS

José Luís Garcia

Helena Mateus Jerónimo, Rui Norberto e Maria Inês Amaro

# Estranhos

Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa



Instituto de Ciências Sociais

36GAR, J\*

CELTA

## Outros títulos

- Ascher, François, *Metapolis: Acerca do Futuro da Cidade*  
Bourdieu, Pierre, *Contrafogos*  
Bourdieu, Pierre, *A Dominação Masculina*  
Bourdieu, Pierre, *Meditações Pascalianas*  
Bourdieu, Pierre, *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*  
Bourdieu, Pierre, *Sobre a Televisão* (1.ª reimpressão)  
Burgess, Robert G., *A Pesquisa de Terreno: Uma Introdução*  
Cabral, Manuel Villaverde, e José Machado Pais (coords.), *Jovens Portugueses de Hoje: Resultados do Inquérito de 1997*  
Cabral, Manuel Villaverde, *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*  
Debray, Régis, *A República Explicada à Minha Filha*  
Dixon, Keith, *Os Evangelistas do Mercado: os Intelectuais Britânicos e o Neo-Liberalismo*  
Fernandes, Ana Alexandre, *Velhice e Sociedade: Demografia, Família e Políticas Sociais em Portugal* (1.ª reimpressão)  
Ferreira, Eduardo Viegas, *Crime e Insegurança em Portugal: Padrões e Tendências, 1985-1996*  
Figueiredo, Alexandra Lemos, Catarina Lorga da Silva e Vítor Sérgio Ferreira, *Jovens em Portugal: Análise Longitudinal de Fontes Estatísticas (1960-1997)*  
Fitoussi, Jean-Paul, e Pierre Rosanvallon, *A Nova Era das Desigualdades* (1.ª reimpressão)  
Foddy, William, *Como Perguntar: Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários* (1.ª reimpressão)  
Chlignone, Rodolphe e Benjamin Matalon, *O Inquérito: Teoria e Prática* (3.ª edição)  
Giddens, Anthony, *As Consequências da Modernidade* (4.ª edição)  
Giddens, Anthony, *Modernidade e Identidade Pessoal* (2.ª edição)  
Giddens, Anthony, *Para Além da Esquerda e da Direita: o Futuro da Política Radical* (1.ª reimpressão)  
Giddens, Anthony, *Política, Sociologia e Teoria Social: Confrontos com o Pensamento Social Clássico e Contemporâneo*  
Giddens, Anthony, *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas* (2.ª edição)  
Javeau, Claude, *Lições de Sociologia*  
Mishra, Ramesh, *O Estado-Providência na Sociedade Capitalista: Estudo Comparativo das Políticas Públicas na Europa, América do Norte e Austrália*  
Mozzicafreddo, Juan, *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*  
Pais, José Machado, *Consciência Histórica e Identidade: os Jovens Portugueses num Contexto Europeu*  
Pinto, Graça Alves, *O Trabalho das Crianças: de Pequenino é Que se Torce o Pepino (e o Destino)*  
Poirier, Jean, Simone Clapier-Valladon e Paul Raybaut, *Histórias de Vida: Teoria e Prática* (2.ª edição)  
Portes, Alejandro, *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*  
Saint-Maurice, Ana de, *Identidades Reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*  
Santos, Ana, *Inter-Rail: a Odisseia em Comboio*  
Sebastião, João, *Crianças da Rua: Modos de Vida Marginais na Cidade de Lisboa*  
Vala, Jorge (org.), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*  
Viegas, José Manuel Leite, e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?* (2.ª edição)  
Zink, Rui, *Literatura Gráfica? Banda Desenhada Contemporânea Portuguesa*  
Wieviorka, Annette, *Auschwitz Explicado à Minha Filha*

MS 11517  
23660 Q.S.-384 V  
Cod. Barros 22314

JOSÉ LUÍS GARCIA

HELENA MATEUS JERÓNIMO, RUI NORBERTO E MARIA INÊS AMARO

# ESTRANHOS

JUVENTUDE E DINÂMICAS DE EXCLUSÃO SOCIAL EM LISBOA

COM A COLABORAÇÃO DE

ANA MAFALDA SILVA, ABEL MATOS SANTOS E PEDRO ALCÂNTARA

CELTA EDITORA

OEIRAS / 2000

© 1999, Projecto InformAge / I.C. "Emprego" / Eixo Integra (FSE)

José Luís Garcia (1955) (coord.), Helena Mateus Jerónimo (1973), Rui Norberto (1971) e Maria Inês Amaro (1975)

**Estranhos: Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa**

Primeira edição: Fevereiro de 2000

Tiragem: 2100 exemplares, dos quais 1500 se destinam exclusivamente a distribuição não comercial pelo Projecto InformAge / I.C. "Emprego" / Eixo Integra (FSE)

Revisão de texto: G. Ayala Monteiro

ISBN: 972-774-051-0

Depósito legal: 146787/00

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10): Celta Editora

Capa: Mário Vaz / Arranjo: Celta Editora

Ilustração da capa: Pieter Bruegel (c. 1525-1569), *A Queda de Ícaro*, c. 1588, óleo sobre madeira, 73,5x162cm

Impressão e acabamentos: Grafis, CRL, Portugal

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa, de acordo com a legislação em vigor, por Celta Editora, Lda., Apartado 151, 2781-901 Oeiras, Portugal.

## ÍNDICE

Índice de quadros.....	vii
INTRODUÇÃO .....	1
1 A EXCLUSÃO, A POBREZA E O PAÍS.....	7
As duas faces do ser .....	14
O país e a pobreza persistente, extensa e severa .....	26
2 POPULAÇÃO, FAMÍLIA E DESRESPONSABILIZAÇÃO	
PARENTAL .....	39
Quadro geral.....	39
Instantâneos biográficos .....	50
Processos e configurações de jovens em situação de exclusão social com dominante de abandono e desresponsabilização familiar .....	55
3 EDUCAÇÃO, ABANDONO ESCOLAR, GRUPOS IMIGRANTES .....	65
Quadro geral.....	65
Instantâneos biográficos 1 .....	81
Processos e configurações de jovens em situação de exclusão social com dominante de insucesso e renúncia escolar .....	84
Instantâneos biográficos 2 .....	90
Processos e configurações de jovens em situação de exclusão social com origem imigrante .....	92

4	JOVENS "INSTITUCIONALIZADOS", JUSTIÇA, "TOXICODEPENDÊNCIA".....	103
	Quadro geral.....	103
	Instantâneos biográficos 1.....	119
	Processos e configurações de jovens em situação de exclusão social "institucionalizados" em lares.....	123
	Instantâneos biográficos 2.....	130
	Processos e configurações de jovens em situação de exclusão social com dominante de consumo/tráfico de drogas ilícitas...	135
5	TRABALHO, EMPREGO E PRECARIIDADE .....	141
	Quadro geral.....	141
	Instantâneos biográficos.....	158
	Processos e configurações de jovens em situação de exclusão social com dominante de precariedade laboral e desemprego .	163
6	INSTITUIÇÕES, PERCURSOS E INTERVENÇÃO .....	177
	Quadro geral.....	177
	Sobre as instituições de acção social.....	195
	CONCLUSÃO .....	203
	Referências bibliográficas e fontes.....	213
	Anexo estatístico .....	223

## CONCLUSÃO

Também o amor se adapta às leis da economia  
investe-se a curto prazo e reduz-se a energia  
e quando o barco vai ao fundo ninguém quer ser culpado  
mas nunca é tarde para se ter uma infância feliz  
o cavaleiro solitário ainda sonha acordado.

[Jorge Palma]

O mundo ocidental do progresso e crescimento económico tem vindo a revelar níveis de pobreza e dinâmicas de exclusão muito profundos. Estes fenómenos, para além de não terem sido erradicados, alastraram, ainda que reconfigurados, no interior do capitalismo "avançado" tecnoglobal. A União Europeia conta com mais de sete dezenas de milhões de pobres, entre os quais mais de vinte milhões de desempregados e uma nova categoria — os "inempregáveis". São os valores mínimos garantidos de direitos de troca relativos às formas de protecção social que têm constituído um factor que evita o surgimento de crises agudas e carências graves na Europa. Em Portugal, após a condescendência e incentivo de Salazar perante a realidade da pobreza, e 25 anos volvidos do advento da democracia política, a pobreza permanece persistente, extensa e severa. Conforme se apresentou neste livro, Portugal continuava a ter, no início da década de 90, a maior taxa de pobreza, o menor rendimento mensal do produto interno bruto e a maior desigualdade e dispersão de rendimentos na União Europeia. O extenso conjunto de indicadores quantitativos aqui sistematizado apresenta um quadro geral extremamente difícil. É de esperar, porém, que nos últimos anos, o desenvolvimento de certas medidas e oportunidades, como o rendimento mínimo garantido, tenha tido um impacto considerável não só na redução da intensidade da pobreza e atenuação da sua severidade, mas também na tematização política enquanto questão pública central do Estado e da colectividade.

A exclusão social, enquanto circunstância extrema de carência e diferenciação negativa por ausência de recursos de diversos tipos, deixou de ser pensada, mesmo na juventude, como uma questão marginal — centrada em aspectos culturais e de risco como as *raves* ou os *graffitis* — para ser considerada como o produto de um encadeamento de dinâmicas e contextos que impellem certos sectores sociais para a dependência, precarização e inempregabilidade. Postula-se, nesta obra, que o fundamental da exclusão em Portugal reporta à contiguidade entre a persistência, extensividade e severidade da pobreza e certas condições (frequentemente “adstritas”), contextos e quadros de resposta decisoriais por parte de alguns grupos juvenis, num período em que são mais moventes os espaços e processos que delimitam aqueles que estão e não estão “fora” da sociedade e da “protecção salarial”. Do nosso ponto de vista, o crucial da exclusão na juventude encontra-se nos domínios da desresponsabilização familiar, parental, escolar e institucional; no insucesso e renúncia à escola com o conseqüente encerramento da esfera de oportunidades e saídas profissionais socialmente valorizadas e inadaptação das capacidades de certos agrupamentos juvenis perante as mesmas; no “esquecimento de si” que tende a acompanhar a desilusão sistemática, a frustração precoce sucessiva e a dominação simbólica-cultural, permeabilizando, por sua vez, a adesão a quadros de resposta ilícitos que surgem aos jovens como campo de possibilidades organizadas não completamente “disfuncionais” (embora discriminadas e criminalizadas) à sociedade; na inempregabilidade, precariedade e instabilidade laboral ligada às drásticas mutações técnico-económicas, à economia paralela e ao mundo dos negócios escuros; no abuso do consumo de álcool e de drogas criminalizadas e incapacitantes para os padrões actuais da vida social e laboral; na ruptura entre as metas sociais consagradas e a capacidade para as atingir; no *laissez faire* da desresponsabilização social que se tem vindo a apoderar da própria juventude.

O itinerário percorrido por este livro, após problematizar o conceito de exclusão social enquadrando-o na sociedade portuguesa, começou por situar a dinâmica demográfica e as transformações das estruturas familiares. Descreveu-se como o envelhecimento demográfico encontra expressão modelar no município da capital e como a cintura suburbana que envolve Lisboa conta com uma estrutura mais jovem. O crescimento populacional deste mundo suburbano estancou após os fluxos migratórios internos, o regresso dos portugueses de África e a fixação de imigrantes oriundos dos PALOP, fenómenos que se deram até finais dos anos 80. Os diferentes indicadores da família expõem também uma realidade extremamente alterada: conjugalidade tardia, aumento da secularização do matrimónio, aumento do divórcio, novos modelos de relacionamento (coabitação, famílias monoparentais), maior percentagem de crianças nascidas fora do casamento. A cintura suburbana da capital e a cidade de Lisboa contam com uma percentagem de nados-vivos

fora do casamento e de casamentos celebrados não católicos que ultrapassam em muito a média nacional; o mesmo ocorre com as taxas de divórcio, sendo que o número de casamentos dissolvidos atinge o número de casamentos celebrados. Contrastando com os dados globais do distrito de Lisboa, os bairros degradados da capital possuem uma estrutura etária jovem, elevadas taxas de natalidade e famílias alargadas. Nestes espaços, lado a lado com as dinâmicas de mega-urbanização, persistem, decerto reestruturados, traços de comportamentos demográficos de origem rural, táticas de sobrevivência onde os filhos surgem como fonte de rendimento, estratégias matrimoniais e de maternidade que aparecem como um dos poucos projectos do universo feminino e um fraco nível genérico de escolarização.

Instituição tradicionalmente basilar no apoio à construção e consecução dos projectos de vida dos jovens, a família tem sido assim objecto de mudanças na sua estrutura e de redefinição nas funções e valores. A entrada da mulher no mundo do trabalho e sua inscrição na comum ambição e necessidade de uma carreira profissional a tempo inteiro reduzem o espaço de intervenção familiar, outrora central, na educação e socialização dos jovens. No caso dos agregados mais carenciados ao nível económico, social e cultural, estes factores de mudança — que, em si, não têm de ser vistos como catastróficos — podem reflectir-se em processos de “desorganização familiar” potencializadores da persistência e transmissibilidade das características de pobreza e exclusão. Se à impossibilidade de acompanhamento, por parte dos pais, da trajectória dos jovens, se aliar um meio com dificuldades de conformação com modelos maioritariamente dignificados e aberto a mundos económicos e de vida estigmatizados e marginalizados, podem estar criadas condições favoráveis ao peso da influência e aprendizagem grupais que, escapando continuamente a formas de enquadramento social que permitem a comunicação entre os vários agrupamentos que compõem uma sociedade e não necessitam para isso de sufocar ou oprimir a liberdade e a pluralidade de visões e fins, com frequência desembocam em transgressão, recusa da legalidade e práticas delinquentes reiteradas.

Nada autoriza, porém, a afirmar linearmente que a dissociação familiar, as famílias recompostas e as monoparentais estejam na origem ou sejam um produto da pobreza e da exclusão. Do que se trata é da capacidade e efectividade da supervisão dos responsáveis familiares (e escolares) sobre as crianças e os jovens, de forma a promover não só certas modalidades de identificação com modelos e estilos de integração social que não estejam sob o espectro forte da marginalidade e negatividade, níveis de comunicação íntima entre uns e outros, como também — questão que consideramos fundamental — a plena assumpção da responsabilidade familiar, parental e institucional das crianças e adolescentes. O universo social é heterogéneo e múltiplo, factores que fornecem o contexto dramático da vida em sociedade; mas a resposta à tragédia social não tem que ser monista e enclausurante.

Uma realidade familiar que vota as crianças ao abandono, sem qualquer outra alternativa (institucional ou em redes familiares e de vizinhança), seja por ocupação ou sobreocupação laboral, seja por desresponsabilização parental, não é susceptível de desencorajar comportamentos desviantes que podem até emanar perversamente das potencialidades auto-regulatórias dos próprios menores quando deixados à sua sorte, sem instâncias mediadoras de carácter positivo.

No que diz respeito ao fenómeno da escolarização, foi referido que a população portuguesa continua a deter baixos níveis generalizados de escolaridade e uma elevada taxa de analfabetismo. A população pobre do país caracteriza-se precisamente por contar com qualificações escolares e níveis de alfabetização e literacia ainda mais fracos. Na metrópole lisboeta, estudos realizados em *habitats* degradados demonstraram que a população neles residente possui, na quase totalidade, o ensino primário ou menos. Os jovens residentes nestes bairros apresentam trajectórias escolares marcadas por elevadas taxas de absentismo, insucesso e abandono escolar. É verdade, porém, que o insucesso e o abandono acompanham o percurso escolar, não só dos jovens com origem pobre, mas também da maioria dos estudantes portugueses. As trajectórias tendem então a prolongar-se e a massificação de ensino não se traduz num cabal índice de sucesso. A escola — hoje, sobretudo, uma plataforma de integração, socialização e mobilidade social que, para além de dotar os alunos com competências de literacia, constitui a porta de acesso ao sistema de emprego e às oportunidades socialmente valorizadas — não tem conseguido acompanhar as expectativas que a sua progressiva massificação acabou por alimentar. A diminuição do analfabetismo, o prolongamento dos estudos e a posse de níveis de escolaridade superiores são susceptíveis de integrar, entre outras tendências, um quadro de algum optimismo onde as sombras continuam a ser a persistência do insucesso e abandono escolar. Não se desconhece como a exclusão cognitiva corre a par, em larga medida, da económica e como ambas impelem à exclusão política. Neste sentido, a igualdade nos direitos políticos tem sido insuficientemente acompanhada pela tendência para a equidade na obtenção dos recursos cognitivos da sociedade. Para os grupos mais carenciados cognitivamente, a escola parece cumprir a função de os preparar para a precariedade, desemprego e inempregabilidade. Pode assim ser afirmado que o insucesso e o abandono escolar são socialmente selectivos, cumulativos, massivos, precoces e sistemáticos.

Mostrou-se, de seguida, que a pluralidade de tipo “étnico” que o país acolhe — que marca uma presença forte nos municípios estudados — não encontra paralelo na concessão de condições de legalidade, equidade e dignidade em termos de vivência social, habitacional laboral e política. Os jovens dos grupos de origem africana, ainda com menores qualificações escolares do que os jovens pobres de famílias portuguesas, segregados socioespacialmente em

bairros degradados, com uma cultura e hábitos simultaneamente próximos e distantes, acabam por ter como destino a inempregabilidade ou as profissões que os “outros” não querem e que são social e economicamente desclassificadas e desclassificantes. Estes jovens, bem representados nas escolas dos municípios abrangidos pelo estudo, inserem-se num contexto de “atração-repulsão” relativamente ao sistema escolar, cujo resultado se cifra em taxas de insucesso e abandono tão elevadas que não é extremo afirmar que o sistema de ensino português constitui uma experiência frustrante que só pode minar uma ideia de sociedade baseada em direitos de reciprocidade em termos morais, convencionais, jurídicos e políticos. E quando assim é, esses direitos deixam de ser deveres para os outros, criando uma indiferença que perversamente se instala.

Em termos de articulação do sistema de ensino com o de emprego, é possível falar de uma condição juvenil marcada por um *duplo insucesso*: ao insucesso escolar soma-se o de encontrar um emprego. A entrada na vida profissional e, por conseguinte, a autonomização da família de origem, é ainda mais difícil para os que se encontram em situação de pobreza. Neste grupo, a taxa de desemprego é superior, a probabilidade de existir trabalho infantil é maior, o desempenho de actividades de baixo prestígio social e níveis de rendimento deficitários é frequente. A economia subterrânea, sediada nos meios suburbanos da capital, aproveita-se desta mão-de-obra barata e desprotegida, pouco qualificada mas muito necessitada de trabalho, denotando a “funcionalidade específica” que esse tipo de economia tem na sociedade portuguesa. Num quadro de convulsão de um dos pilares em que as sociedades assentavam, o trabalho assalariado, assiste-se ao fim do pleno emprego, à irrupção do desemprego crónico, ao alastramento da precariedade e da extensão do número de “excedentes” e “supérfluos”. Estas formas extremas de exclusão começam a ter uma presença forte no universo juvenil, o qual surge com bastante vulnerabilidade no âmbito das transformações socioeconómicas e tecnoindustriais que ocorreram em Portugal nas últimas décadas. Num quadro de combinação do prolongamento da escolarização com o prolongamento na família — por outras palavras, da dependência perante a família —, tem-se assistido ao efeito conjugado da desactivação dos jovens relativamente ao sistema de emprego e ao seu retardamento em termos de inserção profissional. Este fenómeno pode resultar, por vezes, da longevidade da condição de estudante, mas no âmbito estudado, o que importa ressaltar são as dificuldades na inserção profissional. Uma vez mais, as habilitações escolares baixas que caracterizam grande parte da população jovem portuguesa, bem como das cidades e municípios analisados, constituem um obstáculo para a entrada no sistema de emprego formal e valorizado. A grande maioria da população jovem desempregada conta apenas com a escolaridade mínima obrigatória ou menos, o que faz com que os que possuem maior credencialismo escolar tenham, por este facto, melhores condições de trabalho.

Quanto à relação entre droga e "adição", argumentou-se que se trata de uma associação moderna. Num processo global de civilização em que a abstinência tem sido condição para um certo tipo de racionalização e racionalidade, a "toxicoddependência" irrompe como desvio, marginalidade, vinculada a um sistema de possibilidades económicas criminalizadas. Por isso, a vulnerabilidade dos meios pobres a este fenómeno tem origem numa *lógica de exclusão da exclusão*: os espaços pobres tendem a tornar-se também zonas de fronteira, campos acossados, lugares que "estão fora" da cidade e da cidadania na exacta medida em que esse "estar fora" é simplesmente uma forma particular de estar dentro. Embora os consumos mais frequentes entre a população portuguesa sejam o álcool, o tabaco e os medicamentos, consumos amiúde iniciados no seio familiar, o uso das drogas ilícitas, que se verifica sobretudo entre os jovens, tem vindo a aumentar significativamente nas últimas décadas. Por sua vez, os problemas a que geralmente a "toxicoddependência" conduz são bastante ilustrativos do carácter multidimensional da exclusão social.

As perspectivas sobre a ausência de condições para a realização do enquadramento levado a cabo pela família, pela escola e pela comunidade, têm como corolário a constituição de instâncias formais — talvez se deva dizer, em todos os sentidos da expressão, "esferas correctivas" — que, confundindo genericamente as vítimas e os agentes de vitimação, se dispõem a garantir a conformação das crianças e jovens, que sofreram ou sofrem a falta daquele controlo, às condições, normas e comportamentos postulados como aconselháveis e preferíveis para a rectificação pleonástica da reeducação, ressocialização e reinserção. A delinquência juvenil, porém, não diz respeito simplesmente às condutas desadequadas perante a família e os outros, já que não tem existência fora do quadro jurídico e legal que impõe aquele conceito através das suas específicas formas de prevenção, administração, controlo e coerção. E, no entanto, expressão extrema do paradoxismo desta realidade, a delinquência recenseada é essencialmente masculina e a institucionalização é, na sua maioria, feminina; a tutela em lares é prescrita como transitória mas acaba por ser duradoura; é apresentada como último recurso mas, com frequência, revela-se como o único. Deste modo, o afastamento da comunidade e da vida da pólis só reforça e esclarece a natureza intensamente política da vida do jovem "internado" ao abrigo das leis tutelares de menores que, na transposição que fazem de vítimas em agentes de vitimação, assumem implicitamente afinal quem são os responsáveis e simultaneamente os algozes. A vida do jovem internado é uma existência que tende a ser subjugada à pretensão de a lei se transformar por completo em vida, de modo que esta se confunda integralmente com a norma — seguindo os exemplos dos asilos, prisões e todos os universos concentracionários. A atitude perante o jovem internado — cuja vida infame está tão bem ilustrada, como só a arte o pode fazer, em *Os Mutantes*, de Teresa Villaverde — define o modelo político do

poder soberano perante as humilhações à dignidade humana sofridas quotidianamente pelo conjunto das crianças e dos jovens excluídos.

As políticas sociais desenvolvidas nas últimas décadas, na educação, formação, emprego, saúde e protecção social têm-se traduzido pelo seu carácter universalizante e pela criação de um grande número de instituições e entidades que apresentam uma diversidade de medidas e programas dirigida cada vez mais aos jovens em situação ou risco de exclusão social. Não parecem restar dúvidas de que este movimento indicia uma crescente adaptação da intervenção social ao contexto envolvente e conduz a novas linhas de abrangência e acção. Todavia, é reconhecido que, apesar do carácter universal dos serviços da segurança social e do aumento das ofertas neste âmbito, se assiste ao choque entre a progressão geométrica das necessidades com a progressão aritmética das respostas, tanto ao nível quantitativo como qualitativo, isto é, ao nível do tipo de respostas, metodologias e recursos accionados. Num quadro de uma certa macrocefalia das instituições e equipamentos sociais na cidade de Lisboa, em detrimento dos municípios envolventes, constata-se a existência de desfasamentos importantes entre as ofertas institucionais e a procura dos jovens, em particular no domínio da inserção na vida socioprofissional. Grande parte das instituições consegue, neste âmbito, oferecer sobretudo serviços de informação e orientação profissional, revelando menor capacidade para respostas em termos de formação e acompanhamento. Por sua vez, as instituições de grande dimensão e que correspondem ao nível de intervenção da administração central, se bem que apresentem uma oferta alargada e estruturada, parecem só agora ter iniciado um caminho de maior proximidade aos pedidos e nichos de empregabilidade mais condizentes com as novas expectativas juvenis e com as mutações tecnológicas, artísticas e laborais, do que as organizações de menor dimensão, as quais surgem mais especializadas em certas áreas e mais marcadas por uma actuação local. Novamente se detecta neste conjunto de questões a dificuldade de compatibilizar o universalismo dos serviços de apoio social com a flexibilidade e qualidade dos mesmos e com o desenvolvimento de uma economia produtiva capaz de gerar receitas.

Cerca de um século atrás, Simmel (1986) — o autor que abre este livro e inspirou o título do mesmo —, num texto sobre o pobre, mostrou que, do estrito ponto de vista social, o direito do necessitado é o fundamento de toda a assistência aos pobres. O direito ao auxílio encontra-se na mesma categoria que o direito ao trabalho e o direito à assistência; contudo, através de um paradoxo apenas aparente, Simmel argumenta que a comunidade cuida do pobre por razões de utilidade, isto é, como fim último da sua própria protecção, manutenção e fomento. A particularidade sociológica — e não ética, a qual surge aos nossos olhos de forma contraposta àquela — da configuração de toda a política social deriva de um dualismo fundamental radicado na génese interindividual do dever: o homem como ser social encontra-se numa

circunstância em que cada um dos seus deveres corresponde a um direito dos outros. Na verdade, secundando ainda o autor, a sociedade prescindiria da noção de dever se fosse possível qualquer direito que não implicasse o cumprimento daquele. Assim, a concretização do dever de auxílio não significa uma real tentativa para a equidade da estrutura social, embora o seu não cumprimento revele claramente uma "infracção" ou negatividade das relações colectivas. De igual forma, o direito que assiste aos pobres possui um limite mínimo que, objectivamente, traduz o necessário à sobrevivência de um indivíduo ou que previne que o pobre não se transforme numa ameaça à "coesão social". A exclusão do "excluído" da participação social e política encontra-se exemplarmente ilustrada através do "facto de que dentro do Estado Moderno, relativamente democrático, a beneficência é talvez o único ramo da administração em que as pessoas essencialmente interessadas não têm nenhum tipo de participação" (Simmel, 1986: 486).

Enfatizou-se, neste livro, de uma ou de outra forma, que o nosso modo de pensar e agir em domínios e contextos como os da pobreza, da marginalidade e das dinâmicas de exclusão, não está dissociado dos modos de cisão entre "o mesmo" e "o outro", e das formas como a norma e o desvio, a dependência e a independência, se reportam e produzem reciprocamente. Neste sentido, não devemos ter receio em afirmar que o conceito de exclusão social pode induzir à leitura equivocada de que os "excluídos" se inscrevem em processos auto-referenciais completamente alheios ou fechados ao sistema social de conjunto — o que conduziria, por exemplo, à ideia de fixação imutável e estática das relações de distância e proximidade entre diferentes espaços sociais e distintos grupos humanos. Os sectores sociais "marginais", bem como o "mundo da vida" dos bairros que habitam, têm origem em dinâmicas e contextos complexos, contraditórios e multidireccionais de transmissão, imposição, adaptação, resistência, deslocação, justaposição e autoreprodução de valores, lugares sociais e táticas de enfrentamento de oportunidades legais, mas também desviantes e criminalizadas, e de resposta ao encerramento ou frustração perante as primeiras. Ao contrário do que postula o saber comum, os "maus caminhos" não parecem ser os mais fáceis, embora se apresentem com frequência como os possíveis de serem calcorreados, o que evidentemente não iliba o indivíduo das suas responsabilidades. Consideramos correcto falar de táticas, e não de estratégias, porque quanto a estas, na sua qualidade de ideais e objectivos e a crer na leitura permitida pelos elementos qualitativos recolhidos pela investigação, verifica-se senão um fenómeno de adesão com as metas e modelos sociais largamente dominantes e — digamo-lo com alguma imprecisão — "consensuais", pelo menos, um conhecimento e partilha do seu significado a par — não o esquecemos — de outros "alternativos", concorrentes, minoritários, "subculturais" ou simplesmente diferentes. "Ser médico, ser advogado, engenheiro", "não gostar de confusão e muito menos de andar aí a fazer asneiras", "o papel das más

companhias", "não tenho futuro nenhum por causa da droga", "eu nasci para trabalhar até morrer", "o que acontece é que nós não temos as mesmas condições que vocês para subirmos na vida", e muitas outras constelações de valores, representações, metas e objectivos, largamente comuns ao conjunto social, não estão dessocializadas e contam até com a adesão dos jovens dos meios "marginais" e desvalorizados socioeconomicamente, a par de outras consentâneas com o mundo da ilicitude e da criminalidade, as quais, por sua vez, não são também desconhecidas dos meios e grupos "inseridos". O principal do agir contra a exclusão não reside, por conseguinte, na redundância pleonástica focada anteriormente, mas sobretudo no combate aos factores que aumentam a desarticulação entre os meios e os fins, assim como a incapacidade para conformar e vencer as estruturas de oportunidades oriundas da escola e de outras modalidades de mobilidade ascendente legitimadas e dignificadas.

A resposta ao desafio colocado pela intervenção social na realidade focada deve partir do princípio de que o estado de pobreza e de exclusão se transforma para o indivíduo num estado total, ou quase total, de ausência de "capacidade social" ou, por outras palavras, de falta de liberdade e autonomia pessoal: excluído devido aos meios demasiado escassos para viver segundo os padrões médios da sua sociedade, o "excluído" é-o por uma condição ditada pelo estado de sujeição quanto à forma como deve viver, aos trabalhos a que tem de recorrer, aos cursos a que pode aspirar, às profissões a que se deve adequar, às condutas que deve evitar, ao comportamento humilde-agradecido-humilhante que deve demonstrar. O excluído é, como se disse logo no primeiro capítulo, um "incluído", ou seja, um membro desse movimento incessante da vida e da interacção social a que chamamos sociedade. O pobre é um "estranho" diante de uma colectividade: por um lado, consubstancia uma circunstância objectiva do ponto de vista económico, social, escolar, habitacional, etc., dentro de um grupo; por outro, ao inscrever-se numa relação particular, enquanto objecto de medidas que o Estado e a colectividade lhe dirigem e que o colocam sob o espectro ou condição de heteronomia, encontra-se fora do grupo — uma forma de estar fora, repetimo-lo, que é uma forma particular de estar dentro.

Como o exemplo de Penélope indicou para sempre, o que se faz também se pode desfazer. Deste modo, reinverter trajectórias de exclusão e risco implica a tomada de medidas sociopolíticas inovadoras de carácter global e, ao nível da acção de terreno, o desenvolvimento de metodologias de intervenção menos pautadas pela recondução a destinos sociais já recusados e mais abertas à pluralidade de valores e representações emergentes não inteiramente incompatíveis com as possibilidades de comunicação e ordenamento na actual sociedade. Medidas sociopolíticas conducentes a novas modalidades de contratualização das ligações sociais, de apoio efectivo à luta contra o insucesso escolar, de direito ao conhecimento sobre sexualidade,

planeamento familiar, despenalização das “drogas leves”, e de reconfiguração e incentivo de novos cursos e saídas profissionais. No que diz respeito às metodologias de intervenção, só devem ser consideradas adequadas as que investem nas dinâmicas de aquisição de reconhecimento social; que favorecem a integração no mundo profissional através do desenho de novos perfis não subjugados à mera racionalidade economicista; que se abrem à participação juvenil e se assumem mais como mobilizadoras do que tutelares. Só assim se poderá evitar que a intervenção social escape à visão estreita associada à histeria securitária perante a “coesão social” que os jovens “estranhos” parecem ameaçar e que tem conduzido o próprio poder político a, de algum modo, esquecer afinal os mais pobres dos pobres, que se encontram indubitavelmente nas gerações mais velhas da sociedade portuguesa. Tem sido esta, porventura, uma consequência do poder político se mostrar mais solícito a escutar uma certa “sonoridade” vinda do lado da juventude. Todavia, como sustentou Carlos Fortuna, um outro lado da heurística das sonoridades próprias do mundo urbano — o mundo que esteve em análise neste livro — é a de que “se as cidades soam e ressoam é recomendável que saibam escutar e escutar-se” (1999: 117). E que saibam também, acrescentamos, que existem combates que valem a pena, não porque tenham fim ou que se tenha a certeza de quais os melhores meios para o seu fim, mas precisamente — por tudo o que se escreveu neste livro sobre valores e objectivos sociais infinitamente distintos e improváveis de combinar e compatibilizar — porque não se vê como possam ter fim.